



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

170
1

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO n. 0036195-20.2011.8.17.0001 (0328899-1)

AGRAVANTE : GIVANILDO TEIXEIRA DOS SANTOS

AGRAVADO : ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: ADMINISTRATIVO. AGRAVO LEGAL. SERVIDORES MILITARES. INGRESSO EM CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS. PRETERIÇÃO NÃO COMPROVADA. PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

I - Da leitura dos dispositivos da LC 134/2008, infere-se que são requisitos para a promoção: (i) a conclusão com aproveitamento do respectivo curso de formação; (ii) o interstício mínimo; (iii) a classificação no mínimo, no comportamento "BOM"; (iv) a submissão à inspeção de saúde; e (v) a inclusão em quadro de acesso.

II - Como incumbe ao autor o ônus da prova quanto a fato constitutivo de seu direito, nos termos do art. 333, I, do Código de Ritos, a ele compete trazer os elementos probatórios necessários para obtenção de provimento jurisdicional favorável à sua pretensão.

III- À míngua de provas acerca da alegada preterição do nome do servidor militar para participar de Curso de Formação de Sargentos ou para ser incluído no Quadro de Acesso (QA) de sua respectiva qualificação, não há que se falar em qualquer ilegalidade da Administração Pública.

IV - Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso de Agravo Legal, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 5 de JUNHO de 2014.

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

177
1

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO n. 0036195-20.2011.8.17.0001 (0328899-1)

AGRAVANTE : GIVANILDO TEIXEIRA DOS SANTOS

AGRAVADO : ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

1. Trata-se de recurso de Agravo Legal interposto contra decisão monocrática desta relatoria, que, com supedâneo no art. 557, *caput*, do Código de Ritos, negou seguimento ao recurso de Apelação nº 0328899-1, mantendo a sentença vergastada em todos os seus termos.

2. Irresignado, o apelante interpôs o presente recurso (v. fls. 158/163), no qual alega, em apertada síntese, que os requisitos impostos pelo art. 17 da LC 134/2009 se referem tão somente à promoção, e não ao ingresso no Curso de Formação de Sargentos, a qual é apenas uma das etapas exigidas pela respectiva legislação, para que seja possível avançar às demais. Nesse sentido, sustenta que o critério de antiguidade deve ser observado quando da composição do Quadro de Acesso (QA), fase posterior ao Curso de Formação. Ao final, assevera que, ainda que seja considerada a exigência de cumprimento dos requisitos exigidos pela LC 134/2008, estes foram devidamente atendidos.

É, no essencial, o relatório.

O feito independe de inclusão em pauta de julgamento, cf. art. 85, alínea 'e', do RITJPE c/c Súmula do TJPE, enunciado n. 42.

Recife, 3 de JUNHO de 2014.

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

172
M

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO NA APELAÇÃO n. 0036195-20.2011.8.17.0001 (0328899-1)

AGRAVANTE : GIVANILDO TEIXEIRA DOS SANTOS

AGRAVADO : ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

Vistos e examinados etc.

1. Da análise das razões recursais do agravante, infere-se que os fundamentos por ele esposados não são suficientes para modificar a decisão monocrática prolatada, razão pela qual, nesta oportunidade, socorro-me dos fundamentos nela encampados.

2. Como cediço, a promoção de praças foi objeto de lei específica, a saber, a Lei nº 12.344, de 29 de janeiro de 2003, na qual foram instituídas as condições necessárias e o procedimento para o advento do escalonamento.

Por oportuno, transcrevo o art. 16 da sobredita Lei, *in verbis*:

Art. 16. São condições imprescindíveis para promoção à graduação superior por antigüidade:

I - ter concluído, com aproveitamento, até a data prevista para encerramento das alterações, o curso que o habilita ao desempenho dos cargos e funções próprios da graduação superior;

II - ter completado até a data da promoção, os seguintes requisitos:

a) interstício mínimo:

1. Primeiro-Sargento: 10 (dez) anos de efetivo serviço, 02 (dois) dos quais na graduação;

2. Segundo-Sargento: 02 (dois) anos na graduação;

3. Terceiro Sargento PM: 04 (quatro) anos na graduação;

4. Cabo: 15 anos de efetivo serviço;

5. Soldado: 10 anos de efetivo serviço.

b) Serviço arregimentado:

1. Primeiro-Sargento: 01 (um) ano;

2. Segundo-Sargento: 02 (dois) anos;

3. Terceiro-Sargento: 04 (quatro) anos;

III - estar classificado, no mínimo, no comportamento "bom";

IV - ter sido submetido à inspeção de saúde para fins de promoção;



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

123

V - ter sido incluído no Quadro de Acesso (QA) de sua respectiva qualificação.

3. A Lei Complementar Estadual nº 134/2008, que veio a revogar as disposições em contrário da Lei 12.344/03, igualmente estabelece normas para a promoção por antiguidade, de modo que o militar só poderá obter a promoção à graduação superior caso atenda aos requisitos estipulados pela referida legislação.

Passo a transcrever os dispositivos da LC 134/08, relevantes para o deslinde da questão enfrentada no presente feito. Vejamos:

Art. 5º A promoção por antiguidade para as graduações de Subtenente, 1º Sargento, 2º Sargento, 3º Sargento e Cabo se baseia na precedência hierárquica de um graduado sobre os demais de igual graduação, dentro do número de vagas estabelecidas nas respectivas Qualificações.

Art. 8º A promoção à graduação de 3º Sargento dar-se-á após conclusão, com aproveitamento, do Curso de Formação de Sargentos, desde que preenchidos os requisitos previstos no art. 17 desta Lei Complementar.

Parágrafo único. No Curso de Formação, 40% (quarenta por cento) das vagas serão destinadas aos Cabos, que serão convocados pelo Comandante Geral, no primeiro ano de vigência desta Lei Complementar, e em 30% (trinta por cento) nos demais, observando-se a antiguidade na graduação e, no mínimo, 03 (três) anos de efetivo serviço nas Corporações Militares Estaduais.

Art. 17. São condições imprescindíveis para promoção do praça à graduação superior por antiguidade:

I - ter concluído, com aproveitamento, até a data prevista para encerramento das alterações, o curso que o habilita ao desempenho dos cargos e funções próprios da graduação superior;

II - ter completado até a data da promoção, os seguintes requisitos:

a) interstício mínimo:

1. Primeiro-Sargento: 02 (dois) anos na graduação;
2. Segundo-Sargento: 02 (dois) anos na graduação;
3. Terceiro Sargento: 02 (dois) anos na graduação;
4. Cabo: 03 (três) anos na graduação;
5. Soldado: 03 (três) ano de efetivo serviço na respectiva corporação militar;

b) serviço arregimentado:



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

174
M

1. Primeiro-Sargento: 01 (um) ano;
2. Segundo-Sargento: 02 (dois) anos;
3. Terceiro-Sargento: 02 (dois) anos;
- III – estar classificado, no mínimo, no comportamento BOM;
- IV – ter sido considerado apto na inspeção de saúde para fins de promoção, ressalvada a hipótese do art. 19 desta Lei Complementar;
- V – ter sido incluído no Quadro de Acesso (QA) de sua respectiva qualificação.

4. *In casu*, malgrado o Apelante tenha comprovado que apresenta comportamento “excepcional” e a ausência de processo criminal contra si, não demonstrou o preenchimento dos demais requisitos estabelecidos pela legislação aplicável.

Neste sentido, destaco que para a viabilidade da inclusão do militar, faz-se necessária a comprovação da alegada preterição de seu nome em relação a outros militares eventualmente incluídos no Curso de Formação, observando-se a antiguidade na graduação e não notas obtidas em Seleção realizada em outra oportunidade, como a relativa ao BO nº 118/1987, que diz respeito ao Curso de Formação de Soldados, saliente-se.

Neste sentido, caminha a jurisprudência pacífica desta Corte de Justiça:

ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. REMUNERAÇÃO CORRESPONDENTE AO POSTO HIERARQUICAMENTE SUPERIOR. LEI 12.344/03. PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO DE FORMA UNÂNIME. MANTIDA A TERMINATIVA IMPUGNADA. 12.3441. De acordo com a Lei 12.344/03, o tempo de serviço apenas se trata de um dos requisitos exigidos dos militares para a promoção por antiguidade. 2. Seria necessário que os agravantes tivessem trazido aos autos prova de que os demais requisitos também teriam sido cumpridos, o que de fato não ocorreu no presente caso. 3. Recurso de agravo a que se nega provimento de forma unânime. 4. Decisão mantida. (2750550 PE 0013266-89.2012.8.17.0000, Relator: Fernando Cerqueira, Data de Julgamento: 14/08/2012, 1ª Câmara de Direito Público, Dje: 154).

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MILITAR REFORMADO. PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE. LEI Nº 12.344/2003. AUSÊNCIA DO PRESSUPOSTOS LEGAIS. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 12.3441. O cerne da questão em apreço cinge-se quanto à determinação da existência, ou não, de direito adquirido por parte dos apelantes à promoção por antiguidade estabelecida na Lei nº 12.344/03. 2. Como cedejo, a referida circunstância de promoção de



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

175
M

praças foi objeto de lei específica, a saber, a Lei nº 12.344, de 29 de janeiro de 2003, na qual foram instituídas as condições necessárias e o procedimento para o advento do escalonamento, nos termos do art. 16 da supramencionada lei.3. Assim, além do requisito temporal, outros requisitos deverão ser cumulativamente preenchidos para fins de promoção por antiguidade, como por exemplo, a inclusão no correspondente Quadro de Acesso, a aprovação no curso de formação, a classificação, no mínimo, no comportamento "bom" e a submissão à inspeção de saúde.4. No caso em concreto, malgrado o agravante tenha comprovado possuir mais de 10 (dez) anos de serviços prestados à Corporação, não demonstrou que preenchia os demais requisitos necessários previstos no supracitado art. 16 da Lei nº 12.344/03, razão pela qual não faz jus à pretendida promoção por antiguidade, não merecendo qualquer reparo a sentença vergastada.5. Recurso improvido. Decisão unânime. (2669145 PE 0005860-17.2012.8.17.0000, Relator: José Ivo de Paula Guimarães, Data de Julgamento: 19/04/2012, 8ª Câmara Cível).

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MILITAR REFORMADO. PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE. LEI Nº 12.344/2003. AUSÊNCIA DO PRESSUPOSTOS LEGAIS. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.12.3441. O cerne da questão em apreço cinge-se quanto à determinação da existência, ou não, de direito adquirido por parte dos apelantes à promoção por antiguidade estabelecida na Lei nº 12.344/03.2. Como cediço, a referida circunstância de promoção de praças foi objeto de lei específica, a saber, a Lei nº 12.344, de 29 de janeiro de 2003, na qual foram instituídas as condições necessárias e o procedimento para o advento do escalonamento, nos termos do art. 16 da supramencionada lei.3. Assim, além do requisito temporal, outros requisitos deverão ser cumulativamente preenchidos para fins de promoção por antiguidade, como por exemplo, a inclusão no correspondente Quadro de Acesso, a aprovação no curso de formação, a classificação, no mínimo, no comportamento "bom" e a submissão à inspeção de saúde.4. No caso em concreto, malgrado o agravante tenha comprovado possuir mais de 10 (dez) anos de serviços prestados à Corporação, não demonstrou que preenchia os demais requisitos necessários previstos no supracitado art. 16 da Lei nº 12.344/03, razão pela qual não faz jus à pretendida promoção por antiguidade, não merecendo qualquer reparo a sentença vergastada.5. Recurso improvido. Decisão unânime. (2717864 PE 0011549-42.2012.8.17.0000, Relator: José Ivo de Paula Guimarães, Data de Julgamento: 02/08/2012, 2ª Câmara de Direito Público, Dje: 147).


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

176
M

ADMINISTRATIVO. SERVIDORES MILITARES. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PREENCHIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS. PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO 1.O art. 8º da Lei nº 12.344/03 e o art. 17 da LCE nº 134/08 exigem o preenchimento cumulativo de condições e requisitos para promoção por antiguidade a grau hierarquicamente superior.1342. Os ora agravantes não trouxeram aos autos elementos de provas suficientes e aptos a comprovar a satisfação de todas as condições legais referidas. 3.Inobservância do disposto no art. 330, I, do CPC. 4. Precedentes desta Corte de Justiça. 5.Integrativo à unanimidade improvido. (2699438 PE 0010996-92.2012.8.17.0000, Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Data de Julgamento: 21/06/2012, 2ª Câmara de Direito Público, Dje: 123)

APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO AUTOMÁTICA PARA O GRAU HIERÁRQUICO SUPERIOR. IMPOSSIBILIDADE. MATRÍCULA EM CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS. NÃO-CABIMENTO. APELO IMPROVIDO. 1. Na espécie, o cerne da presente lide reside em aferir se os autores/apelantes possuem direito subjetivo à promoção "automática", por antiguidade, à graduação de 3º Sargento PM ou à matrícula no Curso de Formação respectivo para tal finalidade. 2. O art. 100, § 10º, da Constituição do Estado de Pernambuco prevê que as promoções dos servidores militares serão feitas por merecimento e antiguidade, de acordo com o estabelecido em legislação própria. 3. Nesse contexto, a Lei Complementar Estadual nº 134/2008 foi editada no intuito de regular a carreira dos praças e dos oficiais de Administração e passou a estabelecer normas para a promoção por antiguidade. 4. Da leitura do referido diploma, nota-se que é inviável o pleito de "promoção automática" à graduação superior, sem que os militares concluam o curso de formação respectivo com aproveitamento e preencham os demais requisitos previstos no art. 17 da LC nº 134/2008. 5. Ou seja, nem em tese se pode cogitar de que os apelantes, a partir do cômputo exclusivo dos seus tempos de serviço ativo, teriam direito à promoção por antiguidade. 6. Isso significa que a tese autoral, mesmo considerada no plano exclusivamente de direito, é insuscetível de conduzir à procedência da ação. 7. Por outro lado, nos termos da Lei Complementar nº 134/2008, a abertura de cursos de formação depende de uma programação das Corporações, que devem (i) observar a existência de vagas para cada cargo e (ii) convocar a abertura de seleção interna, em conformidade com os critérios previstos no aludido diploma complementar. 8. Diante de tais balizas, não é possível atender ao pedido de matrícula no Curso de Formação de Sargento PM. 9. Isso porque as provas trazidas aos autos não permitem a conclusão de que a Administração estaria se esquivando de realizar seleção interna para a abertura de cursos de formação ou que



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

a teria deflagrado com inobservância aos ditames legais, convocando militares mais modernos que os apelantes (conforme o alegado na petição inicial, mas não demonstrado). 10. Com efeito, os apelantes não demonstram qualquer irregularidade ou ilegalidade na abertura da seleção interna para o Curso de Formação de Sargentos PM (CFS-PM/2010), deflagrado pela Portaria nº 183, de 08 de fevereiro de 2010 (fls. 68). 11. Desse modo, não visualizo no presente caso qualquer ilegalidade na conduta da Administração. 12. Apelação cível improvida, à unanimidade. (TJ-PE - AC: 265194-9 PE 0024046-56.2010.8.17.0001, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 17/1/2013, 2ª Câmara de Direito Público)

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL CONVERTIDO EM AGRAVO LEGAL. SÚMULA Nº 42 TJPE. POLICIAIS MILITARES. PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR MAIS DE 10 (DEZ) ANOS NA MESMA FUNÇÃO. ART. 16 DA LEI Nº 12.334/2003 DO ESTADO DE PERNAMBUCO. INEXISTÊNCIA DE DIREITO À PROMOÇÃO AUTOMÁTICA. DECISÃO MONOCRÁTICA PRESERVADA. DECISÃO UNÂNIME. 1.Os autores/agravantes, militares do Estado de Pernambuco, almejam a revisão do cálculo de seus proventos, por não terem sido beneficiados pela Promoção por Antiguidade, segundo a Lei nº 12.433/2003, alegando existir direito à referida promoção, quando computados 10 anos de efetivo serviço na mesma função. 2.A LEI ESTADUAL Nº 12.344/2003, que dispõe sobre a promoção de praças na Polícia Militar de Pernambuco, em seu art. 16, estabelece como condições imprescindíveis para promoção à graduação superior por antiguidade: "I - ter concluído, com aproveitamento, até a data prevista para encerramento das alterações, o curso que o habilita ao desempenho dos cargos e funções próprios da graduação superior; II - ter completado até a data da promoção, os seguintes requisitos: a) interstício mínimo: 1. Primeiro-Sargento: 10 (dez) anos de efetivo serviço, 02 (dois) dos quais na graduação; 2. Segundo-Sargento: 02 (dois) anos na graduação; 3. Terceiro Sargento PM: 04 (quatro) anos na graduação; 4. Cabo: 15 anos de efetivo serviço; 5. Soldado: 10 anos de efetivo serviço. b) Serviço arregimentado 1. Primeiro-Sargento: 01 (um) ano; 2. Segundo-Sargento: 02 (dois) anos; 3. Terceiro-Sargento: 04 (quatro) anos; III - estar classificado, no mínimo, no comportamento "bom"; IV - ter sido submetido à inspeção de saúde para fins de promoção; V - ter sido incluído no Quadro de Acesso (QA) de sua respectiva qualificação. */(...)."3.Para a obtenção da ora almejada promoção por antiguidade, é necessário preencher diversos requisitos, elencados nos incisos de I a V do art. 16 da Lei nº 12.433/2003, e não apenas o requisito da antiguidade (10 anos de efetivo serviço na função). 4.Não existe,



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

128
M

portanto, direito à promoção automática a cada 10 (dez) anos de serviço na corporação militar do Estado. Para que os autores/agravantes pudessem ser promovidos, seria necessário o preenchimento de todos os requisitos acima apresentados. 5. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso, mantendo-se os mesmos fundamentos que nortearam a prolação da decisão terminativa ora combatida. (TJ-PE - AGR: 2587551 PE 0022167-80.2011.8.17.0000, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, Data de Julgamento: 20/12/2011, 7ª Câmara Cível)

5. No caso dos autos, portanto, não restou comprovada a alegada preterição, nem tampouco o preenchimento dos demais pressupostos para promoção por antiguidade.

Como incumbe ao autor o ônus da prova quanto a fato constitutivo de seu direito, nos termos do art. 333, I, do Código de Ritos, não se desincumbindo desse mister, cabe a ele trazer todos os elementos probatórios necessários para obtenção de provimento jurisdicional favorável à sua pretensão, o que não ocorreu, vez que os documentos carreados são insuficientes para subsidiar o seu pleito.

6. Ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de Agravo Legal, mantendo-se, *in totum*, a decisão monocrática, ora guerreada.

É como voto.

Recife, 3 de JUNHO de 2014.

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator